

Dois momentos de consolidação da Geografia em Portugal e a concepção e representação cartográfica da ‘Montanha’

Helder Marques | Mário Gonçalves Fernandes

*Apresentado no V SLBCH, Petrópolis, 2013 **

RESUMO

A institucionalização inicial da Geografia em Portugal aconteceu de forma alheia à Cartografia. Contudo, a consolidação da Geografia haveria de decorrer em dois momentos, marcados por duas personagens cujas posições e opções se formataram e propagaram, entre outros aspectos, também na Cartografia e a partir da Cartografia.

A década de 1940 começou com um importante acontecimento no âmbito cartográfico, a publicação do Atlas de Portugal e da Geografia de Portugal, ambos de 1941 e de Amorim Girão, e terminou com outro acontecimento de grande relevância em muitos aspectos e também, o que aqui nos interessa, no âmbito cartográfico, o congresso da UGI, organizado por Orlando Ribeiro em 1949.

O caso da representação cartográfica das “Montanhas Pastoris de Portugal”, então publicado, constitui, implícita e explicitamente, um dos episódios mais interessantes.

ABSTRACT

The initial institutionalization of geography in Portugal happened so alien to Cartography. However, the Geography consolidation would take place in two phases, marked by two names whose positions and options is formatted and propagated, among others, also from the Cartography and with Cartography.

The 1940s began with an important event within cartographic publication of Atlas of Portugal and Geog-raphy of Portugal, both of 1941 and Amorim Girão, and ended with another event of great importance in many aspects as well, which here interests us within cartographic, the IGU congress, organized by Orland-do Ribeiro in 1949.

The case of cartographic representation of the “Montanhas Pastoris de Portugal” then published, is, im-plicitly and explicitly, one of the most interesting episodes.

OS MOMENTOS

Em Portugal a institucionalização da Geografia, enquanto ramo autónomo do conhecimento científico fez-se, comparativamente com uma boa parte dos países europeus, num tempo relativamente tardio. Prova disso, é o empenho de afirmação do carácter científico da disciplina, reivindicando um quadro metodológico, analítico e teórico próprios, levadas a cabo na Universidade de Lisboa por Silva Telles (1860-1930), como se pode ler, por exemplo, na comunicação que apresentou, com o título *L'Enseignement supérieur de la Géographie*, ao IX Congresso Internacional de Geografia (Genève/1908) e, portanto, sem grandes ou mesmo nenhuma preocupações quanto à cartografia temática.

Depois, decorrente da criação das renovadas Faculdades de Letras em Coimbra e Lisboa (1911), estavam criadas as condições para o início dos verdadeiros estudos universitários de Geografia em Portugal. Amorim Girão (1895-1960) doutora-se na Universidade de Coimbra com a tese *Bacia do Vouga, estudo geográfico* (1922) e depois, em Lisboa, Orlando Ribeiro (1911-1997) com a tese *A Arrábida - Esboço geográfico* (1935), vindo a ser estes professores os principais esteios destas duas escolas. Se o primeiro trabalho dá já à cartografia temática algum relevo, a sua importância será, no entanto, dilatada aquando das comemorações do “duplo centenário”, que pretendiam configurar a consolidação política interna do Estado Novo¹(1933-1974), subsequente à ditadura militar de 1926, quando, sob a sua direcção pública, em 1941, o Atlas de Portugal e, pouco depois, a Geografia de Portugal, onde são inseridos profusos e diversificados exemplares de cartografia temática.

Desde muito cedo que os geógrafos do século passado tentaram compreender a diversidade regional do país, atendendo à sua reduzida dimensão territorial, sem recorrer à mistificação oitocentista que pretendia explicar o Portugal independente a partir de teses “naturalistas” (diversidade climática e geomorfológica, continuidades e descontinuidades na Península Ibérica) e “patrióticas” (especificidade étnica, cultural, linguística, etc.) que teriam gerado a nação (daí os lusitanos), em ambos os casos com o fim de sustentar uma reconstrução mítica da história que o Estado Novo retomará para vestir a “raça portuguesa”.

Simplificando, os geógrafos basearam-se fundamentalmente em três

¹ Nas áreas rurais, onde a pobreza era endémica, não foram apenas os terra-tenentes que reordenam o poder, também gente letrada e conservadora, com mais ou menos laivos de paternalismo, o fez. Inauguram-se fontenários e fazem-se pequenas obras públicas que legitimam a aceitação da hierarquia social, que se queria assente em valores morais plasmados num patriotismo insuflado pelo catolicismo conservador. A pacificação daí decorrente foi vista como antítese das práticas especuladoras de uma boa parte dos republicanos e mações, que no fundo desdenhavam os camponeses pobres. Camponeses há muito cansados de serem manipulados nas diversas “patuleias”, de morgados que compravam votos e distribuem empregos no sistema de rotação parlamentar, de estradas que cruzaram as suas terras, impotentes que eram de alterar em seu favor fosse o que fosse.

princípios:

i – as características atlânticas setentrionais e as mediterrâneas a sul, sublinhando Orlando RIBEIRO no *Mediterrâneo e o Atlântico* (1945) que não se trata apenas de diferenças bioclimáticas e pedológicas, mas também percursos históricos marcados, a Sul, pela estrutura fundiária decorrente da reconquista e pelos sistemas de rega de origem árabe e, no Norte, pela rega e sistema de cultura mais intensivos, ao que acrescem os sistemas de montanha agro-pastoris. Hermann LAUTENSACH ao sublinhar que em Portugal se conjugam estas duas influências climáticas releva o facto de as fronteiras entre as áreas cultivadas e a floresta não ser tão nítida como nos países do Norte da Europa;

ii – um Norte montanhoso e rústico, “castrejo”, de relevo vigoroso que inclui serras e planaltos que se estendem e incluem o maciço central que estabeleceria uma espécie de fronteira em relação à planura e aos campos abertos do Sul;

iii – a complementaridade entre os “portus” litorais, no sentido de Pirenne, ou de antigos assentamentos urbanos, que entrelaçam burgos mercantis, normalmente situados na embocadura de rios mais ou menos navegáveis que os estendem até à montanha, com as rotas marítimas e os negócios de “grosso trato” acrescentando, precocemente, dimensão à cidade dos ofícios, dilatando as relações atlânticas nomeadamente com a Flandres e cidades Hanseáticas.

Não admira, portanto, que a montanha, ou as serras, tenham sido recorrentemente diferenciadas, procurando-se estabelecer as cotas de transição para estes territórios, a partir das quais a economia agro-silvo-pastoril seria dominante e o povoamento rural adquiriria o carácter essencialmente concentrado. Paul Chofat (1906) tinha já estabelecido no seu mapa hipsométrico a cota dos 700 metros, reproduzida depois em Amorim Girão e em Orlando Ribeiro, naturalmente com pequenas variações analíticas decorrentes de situações morfológicas concretas, em todo o caso por valores relativamente próximos. As serras transportavam também os seus mitos, praticamente isoladas até ao período da emigração europeia da década de 50/60 do século passado, mantinham-se como repositório do arquétipo da lusitanidade.

Ora, contrariamente a um mito aceite na época e depois ingenuamente mantido, ainda que admitindo que se encontrava já em extinção (o famoso «comunismo primitivo» das comunidades camponesas de montanha), na serra a exploração dos bens indivisos pelos aldeões não era colectiva, mas antes essencialmente individual e, além disso, muito desigual: as pastagens e os pousios sujeitos à livre pastagem eram explorados por cada um proporcionalmente (*pro rata*) à sua riqueza em meios de produção e não sendo o benefício de modo nenhum partilhado. Seja como for, a montanha entrelaça estes conteúdos mais ou menos míticos que importava desvendar porque nela e quase só nela se mantinham ainda a “essência” do ser português. A virgindade de costumes, a comunhão com a natureza, a dura sobrevivência, os saberes imateriais com

as suas lendas², ainda não corrompidos lá residiam, importava desvendá-los.

Orlando Ribeiro esteve presente no Congresso Internacional de Geografia que decorreu em Amesterdão (1938) e disse ter ficado impressionado quer com a excelência da organização, quer com a qualidade científica das comunicações. Emmanuel de Martonne (1873-1955) foi nesta altura eleito presidente da UGI. Um segundo tempo de consolidação da geografia portuguesa, coincide com a afirmação externa do Estado Novo e corresponde à realização em Portugal do subseqüente congresso que teve lugar em Lisboa, em 1949³.

Na secção IV (Geografia Humana e Geografia Económica) importa para aqui relevar o tratamento de dois temas. O primeiro “Les types et les formes de la vie pastorale, spécialement dans les pays agricoles” (pp. 9-115), onde essencialmente se reporta a transumância de ovinos e caprinos com particular relevo para os diversos países da bacia do mediterrâneo e onde se inclui o artigo “Montanhas pastoris de Portugal...” de Orlando Ribeiro e M. Augusta Plácido Santos, cuja cartografia temática é, neste artigo, escrutinada. O segundo, de certa forma complementar ao anterior, tratou o tema “Les habitations rurales: types, classification, répartition. Quels sont les éléments ou dispositifs qu’il faut considérer dans leur étude géographique” (pp. 107-156) onde se utilizou uma forte ilustração fotográfica relativamente aos materiais utilizados e à arquitectura (alçados, plantas, etc.), tema aliás recorrente na época em toda a Europa, sobretudo a partir dos anos 30. Também em Portugal e quase sincronicamente se realizaram estudos semelhantes revelando um crescente interesse pelas condições de conforto e higiene da habitação rural, como foi o caso do “Inquérito à Habitação Rural” de Lima Basto e Henrique de Barros com a publicação do primeiro volume em 1943.

A CONCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

A década de 1940 começa com um importante acontecimento no âmbito cartográfico, a publicação do Atlas de Portugal e da Geografia de Portugal,

² “Apenas o mistério dos impenetráveis matagais e das penedias altas, onde as rochas se sobrepõem em milagroso equilíbrio, inspira superstições e sustos, com sabor de lenda, sempre facilmente enraizáveis nas almas simples. A noite é temida e respeitada, porque esconde os lobos corpulentos (sempre maiores do que de dia) que uivam lugubrememente, fazendo ecoar o seu clamor de fome, de serra em serra. Também, ao luar, as moras encantadas estendem sobre os rochedos meadas alvíssimas de linho e penteiam, caprichosamente, as fartas cabeleiras que – dizem – são de fios de ouro...” (Eugénio de Castro Caldas, in Lima Basto e Henrique de Barros, 1943, p. 75).

³ Depois da segunda guerra e porque Salazar tinha durante o seu decurso assegurado a manutenção da ditadura, Portugal adere em 1949 à NATO, consagrando a sua posição geopolítica, enquanto sincronicamente, a Leste, se assistia à ocupação militar e a puchs que tinham claramente a mão da União Soviética. É, portanto, neste contexto de afirmação externa do país, como membro tolerado do bloco “ocidental” - sendo a ditadura vista como um mal menor no contexto da guerra fria - que se organiza o congresso em Portugal. Convém acrescentar que a abertura a uma democracia tão livre como na livre Inglaterra se revestiu de um feroz ataque a toda a oposição, nomeadamente pelo quase completo aniquilamento do PCP, pela polícia política do regime. Coisas como esta, o Congresso, eram, como não poderia deixar de ser, bem-vindas.

ambos de 1941 e de Amorim Girão, e termina com outro relevante acontecimento, entre outros aspectos e no que aqui nos interessa, também no âmbito cartográfico, o congresso da UGI, organizado por Orlando Ribeiro em 1949, como já se referiu. Referenciada, noutro contexto (M. FERNANDES, 2007), a cartografia das obras de Amorim Girão, façamos uma incursão na cartografia inserta nas actas do XV Congresso Internacional de Geografia, a qual, aliás, não é abundante. De facto, apesar da importância concedida à “Cartographie” que constitui uma secção que lhe é estritamente dedicada, além do espaço ocupado por outro tipo de imagens, como fotos, cortes e esquemas, apenas cerca de 80 das quase 2290 páginas que constituem os quatro volumes publicados apresentam mapas, normalmente de pequena dimensão, a preto e branco e, para a época, nada surpreendentes, quer pelas opções gráficas, quer pelas cartográficas.

Contudo, um conjunto de quatro mapas⁴ inseridos na comunicação “Montanhas Pastorais de Portugal, tentativa de representação cartográfica”, de Orlando RIBEIRO e M. Augusta Plácido SANTOS (1950), assumem, desde logo, particular relevância. O destaque inicial prende-se com o facto de serem os de maior dimensão (desdobráveis de 31,5x38 cm em folha de 35x44,5 cm) e os únicos, entre todos, impressos a cores. Depois, vistos com alguma atenção e lido o texto a que se associam, tornam-se mais e particularmente assinaláveis, por um lado, pela opção gráfica de ordenação visual, por outro pela incontornável ligação a uma das candentes questões cartográficas coevas, a representação de informação ao nível da freguesia, bem espelhada em comunicações relativas à representação da população de 1940 publicadas no tomo I das próprias actas do congresso de 1949.

A surpresa em relação à opção gráfica de ordenação da informação decorre do facto de existir já uma longa prática, adequadamente estabelecida, de utilização da gradação do valor gráfico (variação claro/escuro) para a ordenação de informação relativa, o que pode ser exemplificado pelos casos, entre outros, de Bernardino Barros Gomes e de Amorim Girão⁵, que Orlando Ribeiro bem conhecia.

Assim, apesar dos autores afirmarem que “escolheram-se os termos que tornassem o mapa expressivo, graduando-se a escala de cores de modo que sobressaiam rapidamente as características essenciais de cada área ou maciço.” (Orlando RIBEIRO e Maria Augusta P. SANTOS, 1950, p. 65), não se

⁴ Posicionados entre as páginas 68 e 69 do Tomo III, dedicado à Secção IV (*Géographie Humaine et Géographie Économique*), os mapas pretendiam representar “as relações que se afiguram mais expressivas da sua estrutura pecuária: entre gado miúdo (ovelhas e cabras) e gado grosso (bois) (mapa I), entre ovelhas e cabras (mapa II), que dão ideia da composição dos rebanhos, e número de bovinos (mapa III) e de cabeças de gado miúdo (mapa IV) por 100 habitantes.” (Orlando RIBEIRO e M. Augusta Plácido SANTOS, 1950, p. 64).

⁵ A “Carta da Povoação Concelhia de Portugal, 1876” de Bernardino Barros Gomes (1878), bem como vários mapas coropletos do *Atlas de Portugal*, de 1941 e de Amorim Girão, utilizam devidamente a variável visual valor na gradação de classes de valores ponderados.

encontra explicação para a utilização de diferentes cores (na sua dimensão tonalidade) visando a construção de uma ordenação visual, normalmente apenas aceitável na utilização da sequência espectral para ordenar as classes de altitude em mapas hipsométricos, pois apesar de não ser uma sequência ordenada para a percepção humana, é utilizada por tradição e convenção. No caso presente, nem da sequência espectral se trata, mas antes de uma sequência entre cores “quentes” (para os valores mais baixos) e cores “frias” (para os mais elevados), dos amarelos aos azuis (excepcionalmente, no mapa da figura 2 acrescentam-se dois verdes de diferente valor gráfico), o que apenas permite uma leitura morosa e pouco eficaz das “características essenciais de cada área ou maciço”.

A questão relativa à representação de informação que se encontrava expressa ao nível da freguesia, quando ainda não existiam bases cartográficas com os respectivos limites administrativos, à excepção de algumas áreas particulares, foi resolvida através da implantação de círculos de igual dimensão nas sedes de freguesia situadas na sua totalidade ou em parte, acima dos 700 metros de altitude⁶. Nesta opção cartográfica encontra-se implícita uma certa crítica aos que recentemente haviam ‘construído’ uma base cartográfica por freguesia para representar a densidade populacional, numa disputa bem espelhada em comunicações publicadas no tomo I das próprias actas do congresso de 1949.

De facto, quer Amorim Girão quer Orlando Ribeiro apresentaram comunicações relativas à representação da população de 1940, o primeiro explicando (Tomo I, pp. 226-238) o seu mapa “Portugal - Densidade da População por Freguesias (1940)”, que havia publicado em 1948, o segundo abordando (Tomo I, pp. 276-280) “Une nouvelle carte de la répartition de la populations au Portugal”, que publicaria em 1951.

Assim, na recorrente escala de 1:500.000 utilizada para mapas murais isolados desde a publicação, em 1865, da Carta Geographica de Portugal, ambos coordenaram a elaboração de mapas com a informação dos censos populacionais de 1940, em representações construídas a partir da cartografia de base existente, de maior escala, na procura e destrição de lugares. O primeiro no seu esforço de delimitação de freguesias, o segundo procurando o posicionamento mais adequado para a implantação pontual da simbologia cartográfica utilizada (pontos e símbolos proporcionais para lugares com mais de 1000 habitantes). O primeiro referindo que “a necessidade de fazer

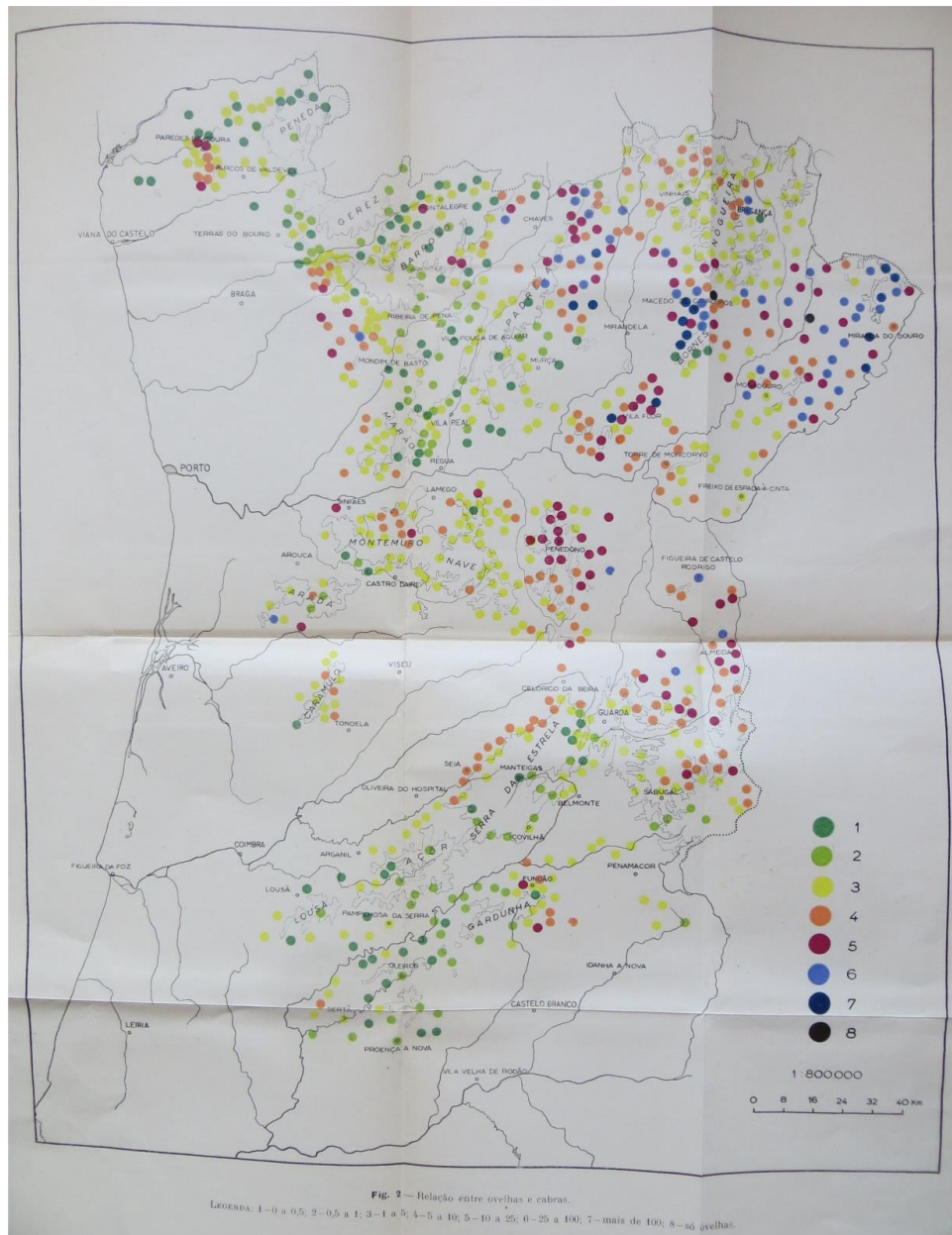
⁶ “Adoptou-se por isso o processo de figurar, na sede de freguesia, por meio de um círculo, as relações que se afiguram mais expressivas da sua estrutura pecuária. (Orlando RIBEIRO e Maria Augusta P. SANTOS (1950, p. 64). “Marcaram-se nos mapas todas as sedes de freguesia situadas a mais de 700 metros e ainda aquelas que, estando a menor altitude, têm parte importante da sua área acima daquela curva de nível. Para individualizar os principais maciços montanhosos representou-se a curva de 800 metros; mas fizeram-se os apuramentos, dum modo geral, para todos os planaltos, cimos e cristas cuja maior extensão fica acima dos 700 metros.” (Orlando RIBEIRO e Maria Augusta P. SANTOS, 1950, p. 65).

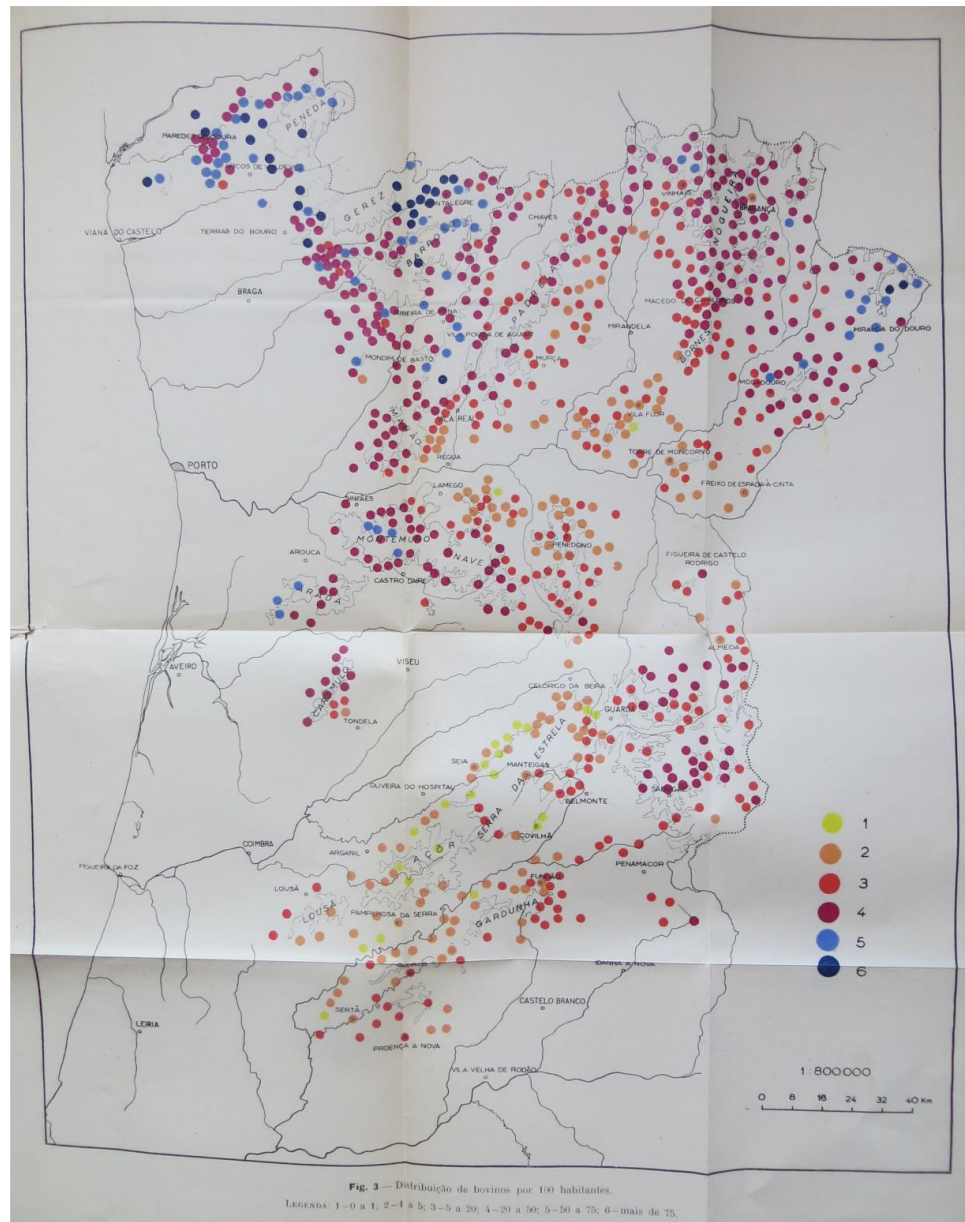
o estudo pormenorizado da densidade da população portuguesa levou-nos a organizar um esboço de divisão que julgamos servir para o almejado fim”, mesmo reconhecendo que “nem sempre será possível traçá-la com rigor” (Amorim GIRÃO, 1950, Tome I, p. 226), o segundo sublinhando que “nous avons renoncé à dresser une carte de la densité de la population pour plusieurs raisons. La superficie des unités administratives les plus petites (communes, freguesias), n’est connue que pour une partie du Sud du pays. On pourrait, à l’aide des recensements de 1911 et 1940, qui indiquent tous les lieux-dits de chaque commune, et de plusieurs dictionnaires géographiques, établir approximativement les limites de ces dernières. Mais des erreurs grossières dans le calcul des superficies respectives seraient à prévoir.” (Orlando RIBEIRO, 1950, Tome I, pp. 276-277).

Ambos encetavam um debate em torno das questões relativas ao rigor das bases cartográficas, nomeadamente por freguesias, e às opções cartográficas para a representação da população. As primeiras começaram a resolver-se com a publicação da Carta Administrativa do Atlas Nacional do Ambiente, em 1979, enquanto as segundas continuaram a alimentar debates e opiniões⁷.

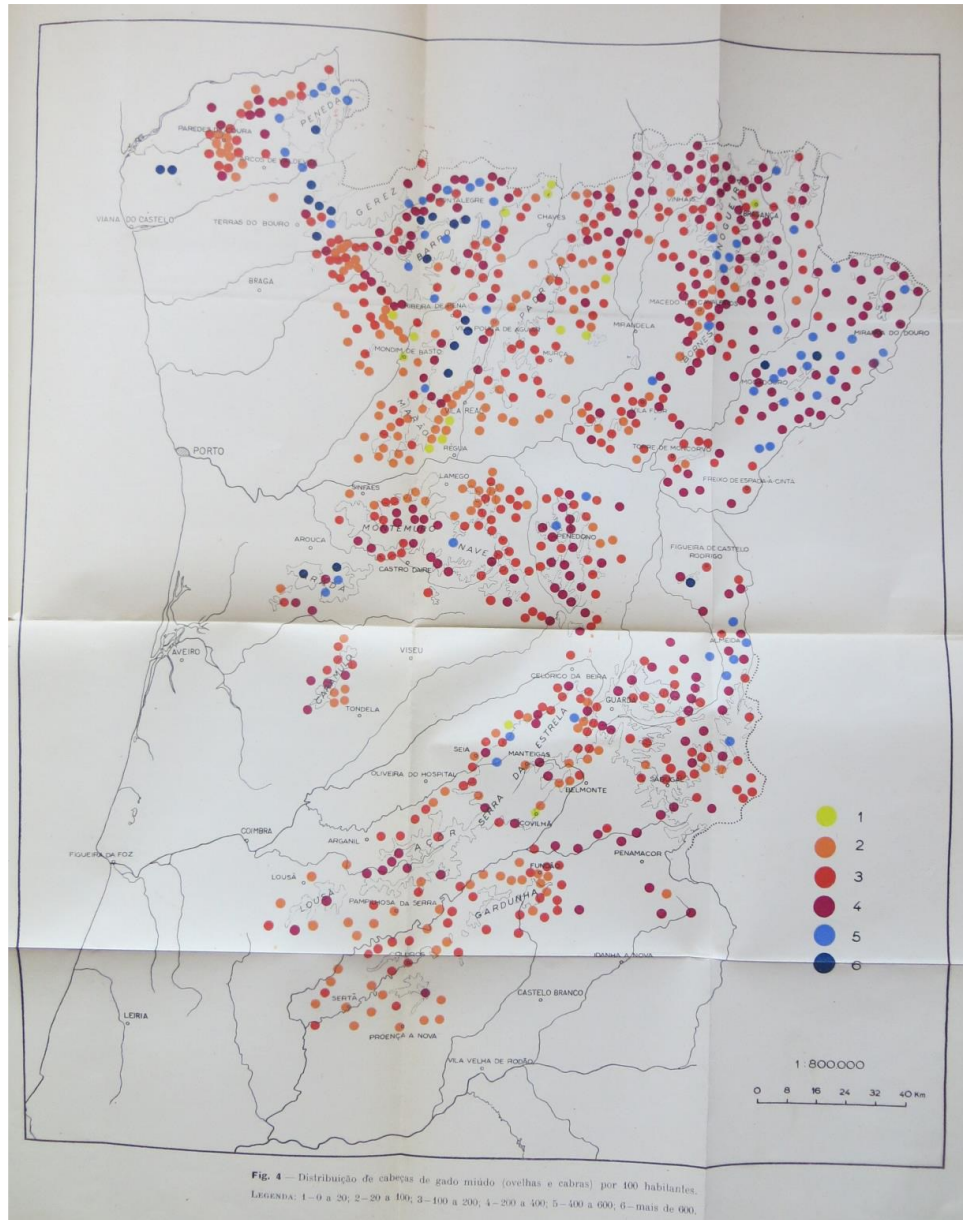
⁷ M. H. DIAS, 1990 e 1991.

Dois momentos de consolidação da Geografia em Portugal e a concepção e representação cartográfica da 'Montanha'





Dois momentos de consolidação da Geografia em Portugal e a concepção e representação cartográfica da 'Montanha'



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTO, E. A. Lima; BARROS, Henrique de (1943), *Inquérito à habitação rural*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa.
- DIAS, M^a Helena (1991), *Contributos para o Atlas de Portugal: O Mapa da Distribuição da População Portuguesa em 1981*, Lisboa, CEG/INIC, Linha de Acção de Geografia Regional e Histórica, n^o 10,
- DIAS, M^a Helena (1990), “Mapas de pontos: o interesse de uma velha tradição cartográfica”, Lisboa, CEG, *Finisterra*, XXV, 49, pp. 57-85.
- FERNANDES, Mário G. (2007), *Manuais escolares de Geografia (Séculos XIX - XXI)*, Porto, FLUP (http://aleph20.letras.up.pt/exlibris/aleph/a20_1/apache_media/NKM6Q64GKFAVK1ESV9T44P3XL9C1EA.pdf).
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2^a edição 1958), *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra (texto) e Lito-Coimbra (mapas). Publicação comemorativa do duplo centenário.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1941, 2^a edição 1951), *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora.
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1950), “Portugal - Densidade da População por Freguesias (1940)”, Lisboa, *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949*, Tomo I, pp. 226-238)
- GOMES, Bernardino de Barros (1878), *Cartas Elementares de Portugal para uso das escolas, Aprovadas para as escolas primárias pela Junta Consultiva de Instrução Publica, e duas d'ellas duas vezes premiadas na exposição de Philadelphia de 1876*. Lisboa, Lalle-mant Frères Typ. (1990: Edição fac-similada com estudo introdutório de Nicole DEVY-VARETA et al).
- RIBEIRO, Orlando (1973), “Um mestre da Geografia do nosso século. Emmanuel De Martonne (1873-1955)”, Lisboa, *Finisterra*, Vol. VIII, n^o 16, pp. 163-264.
- RIBEIRO, Orlando (1950), “Une nouvelle carte de la répartition de la populations au Portugal”, Lisboa, *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949*, Tomo I, pp. 276-280.
- RIBEIRO, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- RIBEIRO, Orlando e SANTOS, M. Augusta Plácido (1950), “Montanhas Pastoris de Portugal, tentativa de representação cartográfica”, Lisboa, *Comptes Rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949*, Tome IV, pp. 59-69.
- OLIVEIRA, J. M. Pereira de (2003), “Da evolução dos estudos geográficos na Universidade de Coimbra”, in *Fragmentos de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*, ALMEIDA, A. Et al (Coord.), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Reitoria da Universidade de Coimbra, pp. 23-31.

* MARQUES, Helder; FERNANDES, Mário Gonçalves (2013), “Dois momentos de consolidação da Geografia em Portugal e a concepção e representação cartográfica da ‘Montanha’”, *V Simposio Luso-Brasileiro de Cartografia Historica*, Petrópolis, Brasil, novembro de 2013.